



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 13.605/2022

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação de 21 licenças da plataforma Alura para capacitação de equipes de programação de sistemas e produção de cursos em EAD em tópicos de tecnologia da informação.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral	Data	20/04/2022
Responsável pela demanda	Cláudia Regina Damasceno Luciano		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 23 - Licenças da plataforma Alura

1.4 Valor Estimado

R\$25.200,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Atualização das equipes técnicas em relação às ferramentas adotadas pelo mercado e às melhores práticas de EaD e de desenvolvimento de software, de modo a aprimorar os serviços disponibilizados aos usuários e clientes internos e externos da Justiça Eleitoral.

2.2 Resultados Esperados

Capacitação e atualização dos conhecimentos das equipes técnicas das áreas de produção de conteúdos EAD da EJESC e de desenvolvimento de software da Secretaria de Tecnologia da Informação.

2.3 Alinhamento Estratégico

PR1 – Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC
OE6 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☐ Menos de 1 ano ☒ De 1 a 3 anos ☐ Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

☐ 1 unidade ☒ 2 unidades ☐ 3 unidades ☐ Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Juliana Tavares Martins
Telefone	3912
E-mail	juliana.martins@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Cláudia Regina Damasceno Luciano
Telefone	7473
E-mail	claudia@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

Ao considerar-se a velocidade de surgimento de novas tecnologias e práticas no âmbito da Tecnologia da Informação e produção de conteúdos, é imprescindível que as equipes técnicas estejam atualizadas com as novas práticas adotadas no mercado para aprimoramento dos serviços disponibilizados aos usuários.

Em complemento e em face da atual limitação orçamentária e da diversidade de áreas de atuação existentes nas áreas de produção de conteúdos da EJESC e de soluções tecnológicas da Secretaria de Tecnologia da Informação, é interessante a assinatura do serviço de capacitação via ensino a distância na plataforma Alura.

1.2. Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Aquisição de 21 licenças fixas para acesso à plataforma Alura de capacitação em Tecnologia da Informação por 12 meses.

1.2.1. Requisitos Funcionais

A empresa deve oferecer capacitações online, com linguagem clara em diversas áreas do espectro da tecnologia da informação e do desenvolvimento de conteúdos.

1.2.2. Requisitos Não Funcionais

Não se aplica a esta contratação.

1.2.3. Requisitos Externos

Não se aplica a esta contratação.

1.3. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

A AOVS Sistemas de Informática SA está oferecendo os cursos ao público em geral por meio de seu site: <https://www.alura.com.br>

Produto/Serviço 01	Licença de uso Alura
Fornecedor	AOVS Sistemas de Informática SA
Descrição	Licença para realização de cursos pelo período de um ano
Valor Estimado	R\$ 25.200,00
Observações	Informações relevantes como: restrições, limitações, requisitos não funcionais relevantes

Considerando a quantidade de cursos que permanecem à disposição dos alunos (mais de 1300 cursos), permitindo uma ampla capacitação dos servidores em temas especializados das áreas de TI e design, a contratação será por inexigibilidade de licitação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4. Contratações Públicas Similares

Contratação por inexigibilidade. A empresa tem reconhecimento no mercado, já foi contratada por este Tribunal e atende à demanda apresentada.

1.5. Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não se aplica a esta contratação.

1.6. Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não se aplica a esta contratação.

1.7. Análise dos Produtos/Serviços Identificados e dos Custos Totais da Demanda

Solução	Item (insumos, serviços, garantia)	Custo Total Estimado
Licenças de uso Alura	21 licenças anuais de uso da plataforma ALURA	R\$ 1200,00 (custo unitário)
	Total	R\$ 25.200,00

1.8. Escolha e Justificativa do Objeto

No ambiente da Alura, é possível qualificar os colaboradores a qualquer hora e em qualquer lugar. É disponibilizado acesso a todos os cursos da plataforma por 12 meses, incluindo os cursos lançados semanalmente após a contratação. Atualmente são 1.200 cursos criados por instrutores experientes e renomados em cada uma das áreas abordadas, com foco no aprendizado constante e na didática de ensino.

1.8.1. Descrição do Objeto

Contratação de 21 (vinte e uma) licenças para acesso à plataforma Alura, de capacitação em Tecnologia da Informação, por 12 meses.

1.8.2. Alinhamento do Objeto

A contratação está alinhada com as seguintes ações e objetivos estratégicos:

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI – TRE/SC Instrumentos Estratégicos Setoriais	Objetivos estratégicos: OEAC1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Planejamento estratégico da EJESC	C2 - Promover a formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores
Planejamento estratégico da SGP	OE4 – Promoção da qualificação e do conhecimento Organizacional OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho
Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	OE7 - Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.8.3. Benefícios Esperados

Capacitação das equipes técnicas de tecnologia da informação e produção de conteúdos em diversos assuntos vinculados às áreas de tecnologia da informação e produção de conteúdos.

1.8.4. Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Inscrição de 21 servidores através de 21 (vinte e uma) assinaturas anuais de acesso ao ambiente Alura.

1.9. Adequação do Ambiente

Não se aplica a esta contratação

1.10. Orçamento Estimado

A proposta apresentada pela AOVS tem valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por licença totalizando, as vinte e uma licenças, R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

2. Sustentação de Contrato

Não preenchido em razão do valor da contratação.

3. Estratégia para Contratação

Não preenchido em razão do valor da contratação

4. Análise de Riscos

Não preenchido em razão do valor da contratação

5. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Considerando as informações obtidas nos presentes estudos preliminares, bem como o fato de o evento estar previsto no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) - EJESC, e haver disponibilidade orçamentária, conclui-se pela viabilidade da contratação.

Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores

#	Nome
1	Nome: AOVS Sistemas de Informática AS Site na web: www.alura.com.br Telefone: (11) 4118-2172 – (11) 94996-0829 E-mail: corparativo@alura.com.br

Anexo B - Contratações Públicas Similares

Não se aplica a esta contratação.

Anexo C - Memórias de Cálculo

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1 Objeto da contratação

Contratação da empresa AOVIS Sistemas de Informática SA para capacitação de equipes técnicas nas áreas de produção de conteúdos da EJESC e de soluções tecnológicas da Secretaria de Tecnologia da Informação, mediante licenças para acesso aos cursos da plataforma Alura pelo período de 1 (um) ano.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

A contratação visa a capacitar e atualizar os conhecimentos das equipes técnicas nas áreas de produção de conteúdos da EJESC e de soluções tecnológicas da Secretaria de Tecnologia da Informação .

A contratação abrangerá licenças para realização de cursos pelo período de 1 (um) ano em temas especializados das áreas de TI e design, disponíveis em um catálogo de mais de 1300 cursos.

Dentre os temas abordados nos cursos, estão: infraestrutura tecnológica, inteligência de negócio, tópicos avançados em web design, ferramentas de edição de imagem em layouts para web, experiência do usuário - desenvolvimento de interfaces para web, entre outros.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Capacitação das equipes técnicas de programação de sistemas e produção de cursos em EAD em diversos assuntos da área de tecnologia.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI – TRE/SC	Objetivos estratégicos:
Instrumentos Estratégicos Setoriais	OEAC1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Planejamento estratégico da EJESC	C2 - Promover a formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores
Planejamento estratégico da SGP	OE4 – Promoção da qualificação e do conhecimento Organizacional OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho
Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	OE7 - Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

PAE 13.605/2022.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Capacitação de 21 servidores através de 21 (vinte e uma) assinaturas anuais de acesso ao ambiente Alura.

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Os cursos oferecidos estarão disponíveis no ambiente Alura por um período de 12 meses.

2.8 Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9 Parcelamento e Adjudicação

Não se aplica a esta contratação.

2.10 Seleção do Fornecedor

A contratação é por inexigibilidade de licitação.

O fornecedor deverá oferecer 21 (vinte e uma) licenças de acesso ao ambiente Alura pelo período de 12 (doze) meses.

2.10.1 Critérios de Habilitação

A empresa deverá apresentar regularidade fiscal (junto à Receita Federal e ao FGTS) e trabalhista (junto à Justiça do Trabalho – CNDT).

2.10.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Não se aplica a esta contratação.

2.10.3 Critérios Técnicos Obrigatórios

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10.4 Critérios Técnicos Opcionais (Licitação tipo “melhor técnica” e “técnica e preço”)

Não se aplica a esta contratação.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, combinado com o art. 13, VI da Lei n.8.666/1993.

2.12 Impacto Ambiental

A capacitação será realizada na modalidade a distância, não sendo necessários ajustes ou adequações no ambiente.

2.13 Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.14 Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.15 Obrigações da Contratante

O Contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover a gestão deste Contrato por meio de seus representantes, os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste Projeto Básico.

2.16 Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) oferecer 21 (vinte e uma) licenças de uso para acesso ao ambiente Alura pelo período de 12 (doze) meses.

2.17 Custo estimado da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A proposta tem o valor total de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

O pagamento deverá ser efetuado à vista, após o cumprimento de todas as obrigações.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Cursos disponíveis no ambiente virtual Alura, pelo período de 12 (doze) meses.

3.1.1 Marcas e Modelos/Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2 Códigos SIASG

Não se aplica a esta contratação.

3.1.3 Vigência

O Contrato terá vigência da sua assinatura até o término da vigência da subscrição anual das licenças, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.2 Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 19 de maio de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, vinculada à EJESC, manterá contato com a Contratada durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços prestados.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

O acompanhamento dos serviços será feito pelos gestores da contratação (EJESC). Caso seja constatada falha na execução, os gestores comunicarão o fato à Contratada, para fins de solução dos problemas. Se, após notificação, a Contratada não adotar as providências necessárias à correção das falhas verificadas, os gestores da contratação comunicarão a ocorrência à Secretaria de Administração e Orçamento, para resolução do problema e eventual aplicação de penalidade.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Id.	Etapas	Entregas	Data	Responsável
1	Disponibilização das 21 licenças de acesso	Licenças de acesso	No prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, pela contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC	Empresa contratada
2	Participação nos cursos	Cursos realizados	12 meses	Servidores
3	Apresentação da certificação	Certificados	Após a conclusão de cada curso	Empresa contratada

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida nota de empenho para formalização da contratação, conforme o art. 62 da Lei n. 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Os gestores da contratação serão os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos da EJESC, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Será realizado após a finalização do período de 1 (um) ano das licenças:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, excet o se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art.24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento deve ser efetuado em 1 (uma) parcela no valor de R\$ 25.200,00, após o cumprimento de todas as obrigações pela contratada. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.
- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico: capacitacao@tre-sc.jus.br

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.1.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.1.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.1.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do Contrato;

1.11.1.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do Contrato;

1.11.1.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.3. As sanções estabelecidas na alínea “c” da subcláusula 1.11.2 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.4. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do(s) serviço(s) em atraso, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado.

1.11.4.1. Os atrasos de que trata a subcláusula 1.11.4, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do Contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.4.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.5. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” da subcláusula 1.11.2, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.6. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.6.1. Transcorrido in albis o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.6.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.6.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” da subcláusula 1.11.2 exaure-se a esfera administrativa.